

VU Research Portal

Entre o fogo cruzado e o campo minado:

Valle Menezes, P.

2015

document version

Publisher's PDF, also known as Version of record

[Link to publication in VU Research Portal](#)

citation for published version (APA)

Valle Menezes, P. (2015). *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificacao de favelas cariocas*. Vrije Universiteit.

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

E-mail address:

vuresearchportal.ub@vu.nl

3.3. “Duras” constantes e o lançamento da Cartilha de abordagem policial

Um tema que não foi abordado na manifestação, mas que já tinha começado a ser debatido no encontro de 13 de outubro no Santa Marta foi o da “opressão policial” na favela. No fim da reunião sobre as câmeras, um morador que conheci naquele dia e que se apresentou como *rapper* Fiell criticou o constrangimento que tinha passado durante uma “dura” que sofrera na madrugada anterior. A mesma narrativa que ele apresentou oralmente quase no fim da reunião foi enviada para todos os presentes por e-mail um dia depois. No relato intitulado “constrangimento diário”, ele descreveu em detalhes como a abordagem tinha ocorrido:

Na terça-feira, às 01h05min fui abordado por quatro policiais (...) Até aí tudo bem, o policial que não deu para identificar, me mandou ir para a parede. Eu falei: “Senhor eu tô sendo suspeito de quê?”. O policial me mandou ficar quieto e falou que eu estava cheio de marra: “Aí você é suspeito, pois você faz apologia ao tráfico. Tá com uma camisa que eu posso te levar para a delegacia!”. Na hora eu indaguei: “Que isso, aqui (na camiseta) está escrito “PORTE ILEGAL” isso é vendido nas lojas. Na abordagem tinham quatro policiais. Eu perguntei o nome deles e os PMs se recusaram a informar. Um deles ainda debochou: “Se quiser pode ir falar para a “Priscillinha” – se referindo a capitã Priscilla. Tive que mostrar a identidade e vasculharam meus bolsos. Logo em seguida vinha mais um morador, e os policiais mandaram parar. Foi rápido e logo o morador foi liberado. Eu perguntei: “Olha só, porque eu tive que ser minuciosamente revistado e essa ação não é igual para todos?” O PM disparou: “Isso é porque você fez pergunta rapa!”. Em seguida eles falaram: “Se quiser vai à TV Globo, pois a mesma não sabe o que acontece de verdade no morro Santa Marta, e deputado Marcelo Freixo, é o caralh...”.

Após Fiell narrar o ocorrido, ele reclamou que era abordado constantemente só por ser “do *hip hop*” e andar com roupas com as quais os policiais implicavam. Um morador entrevistou, então, dizendo que Fiell tinha que mostrar para os policiais que ele não era contra a polícia, mas sim contra o abuso da autoridade policial. O rapper não gostou do comentário e respondeu: “eu não tenho que mostrar nada para ninguém. As câmeras tinham que filmar isso, mas eles que fazem onde não tem câmera. Nós temos é que discutir a segurança que queremos. Policial precisa andar de fuzil aqui dentro?”

Na mesma reunião, outra moradora relatou outro caso de “abuso” policial no qual 5 policiais tinham jogado *spray* de pimenta na cara de um morador. Ela disse que entrou com um processo contra o policial, mas que os moradores tinham medo de testemunhar. E quando alguém ia fazê-lo, a polícia tentava desqualificar sistematicamente a testemunha insinuando, por exemplo, que a pessoa costumava beber ou usar drogas.

Alguns dias depois de ter ouvido esses relatos, tive acesso a um relatório elaborado pela ONG Justiça Global que listava outras ações policiais arbitrárias contra moradores do Santa Marta. O relatório elencava uma série de casos que tinham ocorrido desde a inauguração da UPP envolvendo abuso de autoridade; uso excessivo do *spray* de pimenta; agressões cometidas por PMs contra alguns moradores; episódios de homofobia¹¹² e perseguições sofridas por outros moradores. O relatório destacava ainda que quase sempre que algum morador tentava apresentar uma denúncia contra policiais da UPP acabava sendo acusado pelos PMs de desacato à autoridade.

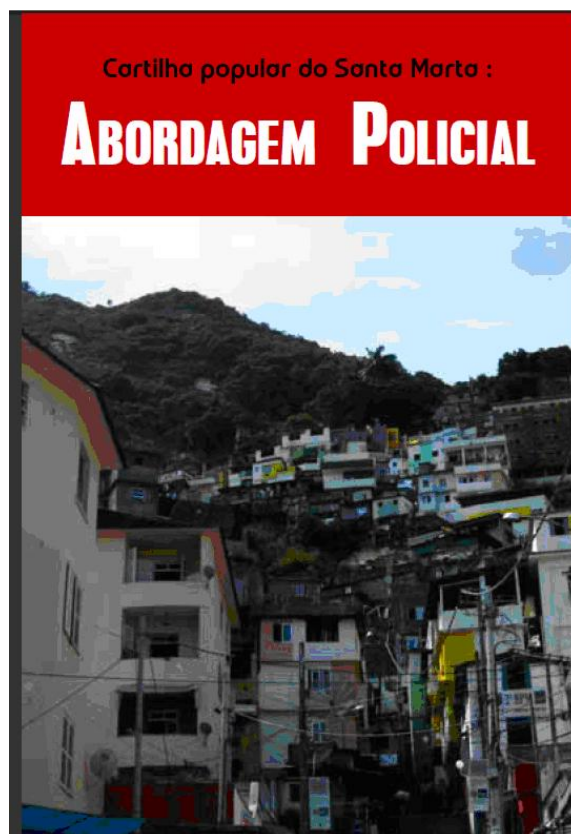
Muitos outros casos de abordagens de abuso policial, além dos acompanhados pela Justiça Global, continuaram acontecendo entre 2009 e 2010. No início de 2009, notei que circulavam rumores de que policiais estariam detendo moradores pelo simples fato de estarem andando sem documentos pela favela e os encaminhando para delegacia para que as fichas dessas pessoas fossem levantadas. Depois de algum tempo em campo ouvi relatos de moradores que confirmaram que essa prática, de fato, estava ocorrendo na favela. André, um jovem de 19 anos contou que um dia ele tinha sido conduzido para a delegacia só porque estava circulando pelo morro sem portar sua carteira de identidade:

Sempre me senti seguro no morro. Hoje eu me sinto mais inseguro, porque antes, geralmente, o traficante é um amigo nosso. Muitas vezes a gente sabe que o cara, por ser nosso amigo, não vai agir contra a gente. Geralmente o traficante é amigo dos moradores, o morador conhece o traficante, o traficante conhece o morador. Com a UPP são pessoas que vêm de fora, já cheios de preconceito, cheios de intolerância para fazer o trabalho da opressão, de controle dos moradores. Eu acho que aí gera muito conflito. Deixou de existir conflito policial-bandido, agora existe conflito polícia-morador. Eu acho que eles deveriam agir com mais respeito com a gente, só isso. A gente quer ser respeitado, porque muitos policiais não nos tratam assim, nos abordando de forma negligente, nos tratando mal. Eu já tomei dura, já fui conduzido à delegacia erradamente, simplesmente porque eu estava sem documento. Alegaram que eu não tinha documento e por isso tinham que me levar. Mas a gente sabe que não existe nenhuma lei, nenhuma legislação que obrigue a pessoa a andar com documento. Esse foi um fato de desrespeito a mim, diretamente, como outros acontecem aqui no morro por esses policiais. (Trecho de entrevista com um jovem morador do Santa Marta)

¹¹² Os casos de homofobia na favela ganharam destaque em uma matéria do jornal *O Dia*, publicada em 8 de setembro de 2009, intitulada “Contra a homofobia no Santa Marta”. A reportagem informava que a Polícia Militar tinha instaurado procedimento para investigar a denúncia de que PMs teriam agredido homossexuais na favela. O relações-públicas da PM, major Oderlei Santos, declarou ao jornal que: “não vamos compactuar com nenhuma atitude preconceituosa cometida por policiais. Se forem comprovados esses desvios de conduta, os responsáveis por essas agressões serão punidos”.

Assim como André, diversos moradores da favela sabiam que os policiais da UPP, com frequência, não seguiam o que estava previsto em lei durante as abordagens realizadas no morro, mas eles temiam criticar publicamente e denunciar essas arbitrariedades visto que, nesse período, havia um forte consenso em torno do projeto das UPPs. Isto dificultava a apresentação de qualquer crítica pública à polícia, pois quem fazia alguma crítica à atuação dos policiais dentro da favela, geralmente, era acusado de “preferir” o tráfico a polícia ou de “compactuar” com traficantes.

Incomodado com o crescimento dos abusos cometidos por agentes da UPP na favela e a dificuldade das vítimas em denunciar esses casos, um grupo de lideranças resolveu se reunir para criar uma cartilha de abordagem policial no Santa Marta. A cartilha foi uma iniciativa do grupo Visão da Favela Brasil, coordenado pelo Rapper Fiell, com o apoio do Grupo Eco e da Associação de Moradores. O objetivo central da publicação era conter os excessos da ação policial, reforçar a ideia de que os moradores de favelas deviam ser respeitados pelo poder público e por seus agentes. Usando uma linguagem simples e muitas ilustrações, o grupo de moradores produziu a cartilha coletivamente, com o apoio de ONGs e organizações de direitos humanos. Nela foram descritos os limites da ação da polícia, a melhor maneira de agir durante uma abordagem policial e depois dela, caso um abuso viesse a ocorrer.



Urbina (2013) define que “a cartilha pela abordagem policial foi uma ação social que surgiu como um grito desesperado”. A autora conta que o material foi criado pois o seu idealizador, o Rapper Fiell, recebia constantemente várias pessoas buscando orientação, informação e ajuda após sofrerem abuso policial na favela. Fiell declarou em entrevista realizada por Urbina que “foram tantas pessoas, tantos casos que recebemos, que foi necessário criar um mecanismo de educação e comunicação para moradores, visitantes e policiais, enquanto aos direitos e deveres da pessoa abordada pela polícia”.

Sugiro que seja possível tomar a cartilha como uma espécie de síntese dos principais excessos que a polícia vinha cometendo no primeiro ano de ocupação das favelas, já que o material foi produzido a partir de um mapeamento informal realizado pelos próprios moradores dos casos de “abuso” que vinham ocorrendo com mais recorrência. Alguns exemplos dessas arbitrariedades comuns em favelas “pacificadas” naquele momento eram: a) buscas policiais dentro de residências sem autorização dos moradores nem mandato de busca ou apreensão; b) “duras” policiais em moradores, sem que existisse uma fundada suspeita de quem estava sendo abordado; c) xingamento, ameaça e agressões de policiais a moradores durante as “buscas pessoais” (mais conhecidas como “geral” ou “dura”); d) a existência de polícia do sexo masculino fazendo revistas íntimas em mulheres da favela; e) e o fato de policiais levarem pessoas à delegacia apenas para “puxar sua ficha”.

Além de descrever os limites da ação policial, a cartilha buscava orientar como os moradores deveriam agir para denunciar caso algum “excesso” acontecesse, indicando, por exemplo, que aquele que sofreu algum “abuso” deveria anotar o nome do policial que atuou fora da legalidade. Como eram frequentes os casos em que policiais não estavam identificados, havia também a indicação da vítima anotar as características do policial como altura, cor da pele, assim como o horário do ocorrido e todos os demais detalhes possíveis. A cartilha sugeria também que os moradores deveriam encaminhar suas denúncias para algum dos órgãos do Poder Público (como Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Subprocuradoria Geral de Direitos Humanos do Ministério Público etc.) ou organizações da Sociedade Civil listadas na cartilha (como Grupo Eco, Visão da Favela, Associação de Moradores do Santa Marta, Justiça Global, Instituto de Defesa dos Direitos Humanos etc.). E

apresentava ainda que outras possibilidades de denúncia poderiam surgir a partir da organização de audiências públicas comunitárias na própria favela. Segundo Fiell,

todo que está na cartilha, está na Constituição. Se os policiais praticassem só o que está na Constituição, não tinha quase violência. Só que como o policial tem fé pública, eles dizem o que querem. Se você não filmar um ato irregular da polícia, o delegado na delegacia vai acreditar no policial. Então, a ideia da cartilha foi para garantir direitos. Após a cartilha diminuiu muito a violência policial. Ainda tem, muita coisa a gente nem sabe, mas após a cartilha mudou muito. Policial percebeu que o favelado pensa, percebeu que o favelado é ser humano e tem direitos. (Depoimento de Fiell no documentário “Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária”)¹¹³.

A cartilha pode ser tomada, portanto, como uma tentativa bem-sucedida dos moradores de “pacificar” os policiais da UPP. Após o lançamento¹¹⁴ e a distribuição de três mil exemplares da cartilha, ouvi relatos que alguns moradores passaram a andar com ela em mãos, utilizando-a, assim, como um dispositivo para reivindicar seus direitos quando sofriam abordagens policiais excessivas. Uma moradora do Santa Marta contou que seu pai passou a andar sempre com a cartilha, já que era constantemente abordado:

Meu pai andava com a cartilha, porque não sei qual era a implicância dos policiais com o meu pai. Toda vez que meu pai passa, eles revistam, independente de com quem ele esteja, sabendo que o meu pai não esconde de ninguém que tem o viciozinho dele na cachaça, fuma o cigarrinho no canto dele lá, mas, não implica com ninguém, não pega [dinheiro] de ninguém, não tira de ninguém. A dura já é focada! Eles já vão nas pessoas em quem eles têm mais desconfiança. (...) Eles não vão com a cara daquela pessoa e vão para cima daquela pessoa, chamam para o canto e dão a dura. Desde antes mesmo da ocupação da UPP. Antes mesmo, quando era só o Batalhão. Aqui tinha um Batalhão e a boca de fumo [era] aqui embaixo. Eles [policiais] implicavam com meu pai. Meu pai nunca escondeu nada de ninguém: “Eu consumo, mas, é com o meu dinheiro, não peço nada a ninguém, não roubo, não trafico.” Então, meu pai já foi agredido por muitos deles, meu pai já ficou internado. Agora, meu pai tem duas costelas deslocadas, tem platina no joelho por agressão, por ter sofrido coisas. Então, foram coisas absurdas que deveriam ser mudadas. Até depois da chegada da UPP meu pai sofreu algumas represálias, com coisas que a

¹¹³ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mv8wp8W10Zo> (Acessado em 31 de julho de 2014)

¹¹⁴ A cartilha – pequena, bem didática e repleta de ilustrações – foi lançada em março de 2010 em uma cerimônia realizada no Santa Marta. Participaram do lançamento Marcelo Freixo (deputado estadual do PSOL), Itamar Silva (Grupo Eco), Mario Hilário dos Santos (Associação de Moradores da Favela Santa Marta), Mc Gaspa (Coletivo Lutarmada), Pro Rap Rua (Favela Santa Marta) e Rapper Fiell, além de outros moradores da favela, militantes de outras favelas, assim como pesquisadores, estudantes e jornalistas.

gente vê naturalmente, garotos passando fumando, mas, nenhum deles é cobrado. (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta)

Alguns dias após o lançamento da cartilha, fui até a sede da UPP no alto do Santa Marta para fazer entrevista com policiais. Perguntei se eles sabiam da existência do material. Em tom irônico um deles perguntou para outro: “foi aquele ganso que fez, né? Só podia ser mesmo! Ele é muito abusado”. O outro policial comentou, então, que era muita pretensão de Fiell achar que podia ensinar a lei para a polícia. Posteriormente, durante uma entrevista, em tom mais polido, mas não menos crítico, outro policial disse que não entendia qual era a necessidade da existência de uma cartilha para ensinar como deve ser a abordagem policial:

Vi essa cartilha. Ela foi levada para o comando. Só que ela não tem base jurídica. Como eu não posso revistar uma mulher dentro de uma favela? Posso revistar sim. Desde o momento que eu faça uma revista não íntima, mas sim uma revista superficial com o dorso da minha mão. (...) O dorso da minha mão não é sensível para você chegar ao ponto de dizer que eu estou te bolinando. Logicamente onde as mulheres guardam drogas, no sutiã, nos seios, e no cós da calcinha, perto da calcinha. Então, você passar ali e revistar alguma saliência que tenha aparecendo no corpo da pessoa, você logicamente não é médico, mas conhece um pouco de anatomia. Você vê um caroço ali (aponta para o peito), você sabe que aquilo ali não é normal da anatomia humana. Então você vai chegar ali para ver o que está acontecendo. E você sabe que mulher é bandida também, é mulher de bandido, mulheres que usam drogas. (Trecho de uma entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

O lançamento da cartilha, sem dúvida, tensionou a relação entre os policiais e Fiell, que passou a ser rotulado pelos agentes da UPP como “abusado”. Segundo o rapper, desde o lançamento, os policiais começaram a “pegar ainda mais no pé” dele e acabaram o detendo em maio de 2010 no bar do seu sogro o acusando de perturbação da ordem e “baderna”. O episódio teve início às 21 horas quando cinco policiais teriam advertido Fiell a abaixar o som do bar até às 2 horas. Os policiais teriam dito que prenderiam o rapper, caso o som não fosse diminuído. Faltando cinco minutos para 2h, 12 policiais chegaram ao bar dizendo que tinham recebido reclamações de que o som estaria muito alto. Como aponta Fiell, eles chegaram “metendo as mãos nas tomadas, desligando tudo, invadindo o local”. Como narra o rapper:

Eu tinha acabado de lançar a cartilha. Ela saiu em vários meios de comunicação de massa, como o jornal *O Globo*, o *Extra*. A polícia não se manifestou perante a cartilha. Ela não quis falar, ela não quis reconhecer essa cartilha como algo legal. Isso é até contraditório, porque se realmente tivesse uma polícia que fizesse jus ao nome pacificadora, ela pegava essa cartilha e divulgava. Mas, pelo contrário, ela viu [a cartilha] como uma

afronta. Doze policiais chegaram no bar do meu sogro, invadiram um espaço privado, o que é irregular. Isso não acontece em um restaurante, não acontece no Copacabana Palace, [isso] da polícia invadir e chegar acabando com a festa. Mas como nós estamos em um território chamado favela, para a polícia tudo é possível. Então, eles chegaram e me deram voz de prisão. Porque eu falei no microfone que eles não podiam ter entrado em um bar e desligado o som, porque se era polícia pacificadora tem que dialogar, aí eu fui preso, arrastado pelos becos, tomei porrada. E aí os policiais perguntaram: “cadê a sua cartilha agora para te garantir?” A gente sabe que um papel não vai garantir que não sejamos violentados, mas é o que a gente pode fazer, exigir nossos direitos! (Depoimento de Fiell no documentário “Pelo Santa Marta, para o Santa Marta: o percurso da comunicação comunitária”)¹¹⁵

No mesmo dia o jornal *O Globo* também divulgou uma matéria sobre o episódio. Na reportagem era dito que a Polícia Militar tinha enviado uma nota afirmando que o rapper “repetidamente promove atos de protesto contra os policiais das UPPs”. Segundo Fiell, além de tentar denegrir sua imagem através da mídia, posteriormente, o comando da UPP tentou diversas vezes jogá-lo contra a população, afirmando que ele era baderneiro e promovia a desordem na favela. O rapper afirma ainda que sua prisão foi “política” e associa o ocorrido ao lançamento da Cartilha de Abordagem Policial idealizada por ele e que tinha sido lançada pouco tempo antes: “depois disso, a gente não tem mais sossego aqui. Virou perseguição. Enquanto me espancavam, os policiais falavam: ‘cadê a cartilha pra garantir alguma coisa pra você?’. Não adiantou mesmo, porque, quando a polícia quer, ela viola a lei”.

A existência de atritos entre policiais e moradores e de reclamações sobre abordagens truculentas no contexto pós-“pacificação” não foi uma exclusividade do Santa Marta. Relatos de moradores da Cidade de Deus mostram que as abordagens e revistas eram constantes no início da ocupação e geravam um incômodo até mesmo em quem considerava positiva a presença da polícia na favela. Ouvi diversos moradores queixando-se que tinham suas rotinas interrompidas praticamente todos os dias por policiais que os abordavam – com frequência, de modo truculento – quando eles estavam indo para o trabalho ou voltando para casa.

A UPP chegou com muita truculência. (...) Sabe o que deu raiva na UPP? Eles não fizeram planejamento para conhecer a comunidade, não fizeram o mapeamento da comunidade. Eles chegaram e não tinha como oprimir o tráfico assim diretamente, então, eles oprimiam o trabalhador. Por exemplo, se eu tenho um bar que ficava aberto até às 2 horas da manhã. No começo da UPP, dava 8 horas da noite, eles mandavam você fechar; e se você não

¹¹⁵ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mv8wp8W10Zo> (Acessado em 31 de julho de 2014)

fechasse, eles vinham quebravam tudo, davam tapa na cara de trabalhador. Toque de recolher. Pelo que eu li um pouco da ditadura, pareceu um pouco. Aquele negócio de que se você não tivesse com documento no bolso era enquadrado na vadiagem. Eu passei a não andar, porque eu sabia que eu ia chegar ali e ia dar dez horas da noite e eu não ia mais poder ficar ali. O cara ia me mandar de volta para casa. Então, para evitar ficar arrumando confusão, o que eu fazia? Ia embora para casa. Os primeiros dois, três meses foram nesse ritmo. Opressão! (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os comandantes de UPPs que entrevistei não negaram que, algumas vezes, os policiais cometiam excessos, mas enquadraram esse tipo de caso como exceção. Eles apontaram que precisavam da ajuda dos moradores para que pudessem detectar e reprimir esse tipo de conduta. Como afirmou a major Priscilla: “a gente vai agir, mas precisa que a vítima tenha pulso, que vá lá e comunique a ocorrência”.

Além das abordagens realizadas na rua e em espaços públicos, outra ação policial que também incomodava os moradores, sobretudo no início da implementação da UPP, era a “averiguação de situações suspeitas” realizadas a partir de denúncias. Ficar em casa em determinados horários, sem trabalhar, por exemplo, já levantava a suspeita de envolvimento com o “mundo do crime” na favela:

No início revistavam de casa em casa, iam de casa em casa. Uma vez eu estava até em casa, cheguei da autoescola. Eu ia para a autoescola às 7h, fazia quatro, cinco aulas por dia, porque eu estava precisando da minha habilitação, então eu fui às 7h, cheguei 10h30min, 11h, e fui deitar. Quando eu deitei, o policial entrou lá em casa. Aí a minha mulher atendeu, o tempo estava chuvoso. Aí o policial: “posso dar uma olhada aí.” / “Não, tudo bem.” / “Quem está lá em cima?” / “Meu esposo.” / “Teu esposo? Trabalha?” / “Sim.” / “Dormindo até 11h? Trabalhador não dorme até 11h, não. Pede para descer lá. Está armado? Tem alguma coisa?” Desci, conversei com ele, eu falei: “Fala.” Aí eu fui falar com ele, conversei com ele. Falei: “não, meu irmão, cheguei da autoescola agora, estou cansado, vou dar uma dormida, depois vou trabalhar.” “Tem droga? Tem arma? Tem alguma coisa? Fala logo, porque se eu achar...” Eu falei: “não, não tenho nada, não.” Revistou a casa toda, mexeu tudo. E aquela coisa, tipo assim, em uma revista normal, quem deveria mexer era eu. Na revista, o cara joga tudo para o alto, abre porta, ele não quer saber. Espalha comida, mete a mão no pote de arroz. Nesse dia, eu joguei um pote de arroz fora. (...) Só não revistou a minha mulher nem as crianças. Por último, ele ainda falou: “me desculpa, me perdoa”. Então era aquela coisa sombria, cara, ninguém sabia. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)

Os policiais confirmam que esse tipo de averiguação de denúncia acontecia com recorrência. Eles apontam que o fato de uma pessoa estar em casa no meio da tarde, realmente, era tomado como uma evidência de que ela provavelmente não possuía um trabalho fixo e, logo, reforçava a suspeita de que ela poderia ter envolvimento com alguma atividade criminosa na favela. Por isso, moradores que

estivessem “nessa atitude suspeita” precisavam ser encaminhados para a delegacia para que suas fichas fossem levantadas:

O Estado é o titular do poder de polícia (...). Quando a gente verifica algo errado, alguém em atitude suspeita, alguém que a gente já recebeu várias denúncias (...) Aí, a gente pega o sujeito, se não soubermos o histórico dele a gente conduz até a delegacia e lá a gente vai puxar para ver o que ele deve, o que ele não deve, o que ele andou fazendo há uns tempos atrás, principalmente quem vem de fora querer se esconder aqui no morro Santa Marta, né? Vem lá do São Carlos, do Pavão, aí a gente leva para saber quem é aquele sujeito e também para explicar a comunidade, porque hoje a comunidade observa quem sumiu há dez anos atrás e voltou, quem sumiu há dois meses atrás e voltou. E aí a gente tem que saber, já era do crime, voltou porque está trabalhando? Aí eu chego na casa do sujeito terça-feira duas horas da tarde ele está lá dormindo e fala que trabalha na loja de não sei de que na Tijuca. Que horas é esse trabalho? Então a gente tem que saber, mas isso não é a vontade da major, isso não é a vontade do sargento da UPP, isso é a vontade do Estado, do poder público, da preservação da ordem pública. Então, algumas abordagens que a gente faz não é porque eu quero, eu tenho que querer porque eu estou ali na minha função policial, mas isso tudo, que quero que a comunidade entenda, que é tudo para a comunidade, não é para aprisionar a comunidade, é para poupar, para proteger, para também levar para DP se tiver que levar, mas é tudo para preservar a liberdade e a paz de vocês, né? (Trecho de entrevista que a major Priscilla concedeu à Rádio Comunitária Santa Marta em 22 de fevereiro de 2011 enquanto era comandante da UPP do Santa Marta)

A fala da policial evidencia, portanto, como nesse primeiro momento após a inauguração da UPP as “duras” e verificações eram importantes ferramentas utilizadas pela UPP para monitorar e mapear os moradores da favela. A comandante aponta que tinha conhecimento que essas medidas geravam insatisfação entre muitos moradores – por ir contra a liberdade individual de alguém que queria, por exemplo, permanecer dentro de sua própria casa no horário que bem entendesse. Priscilla ressalta, contudo, que agir assim era necessário para preservar “a liberdade e a paz” na favela recém-“pacificada”. E vale notar que, se uma parcela da população colocava-se contra esse tipo de ação, outra apoiava a “repressão dura”, apontando que esse era o único jeito de a polícia “botar moral e mostrar para os meninos (envolvidos com o tráfico) quem é que manda na favela agora”.

3.4. O controle da vida cultural na favela e a criação da Rádio Santa Marta

Além das duras e averiguações, outro foco de conflito entre policiais e alguns moradores nos primeiros anos de ocupação policial foram as novas regras que a UPP passou a utilizar para ordenar a realização de eventos e atividades culturais nas